PROBLEMAS DA HISTÓRIA DA ZAMBÉZIA

Judith Head e David Hedges

A publicação em língua inglesa do há muito esperado estudo de Leroy Vail e Landeg White sobre o capitalismo colonial ([1]) foi saudado com entusiasmo por alguns estudiosos. No fim de contas, ela representa uma das primeiras tentativas publicadas após a Independência no sentido de reconstruir a História de Moçambique; baseia-se num trabalho de campo extensivo no interior do País, constitui o resultado da colaboração entre um historiador e um estudante de literatura, e utiliza de forma extensiva o material de canções de trabalho para fins históricos.

No entanto, o livro apresenta alguns problemas sérios. Ele levanta, mas não especifica, questões políticas e ideológicas importantes sobre a produção da História de Moçambique. Embora este estudo, que constitui essencialmente uma resposta preliminar e «ad-hoc» ao texto apresentado por Vail e White, não vá tentar confrontar estas questões teóricas de fundo, ele poderá contribuir para indicar quais consideramos que sejam essas questões.

A capacidade do historiador para colocar correctamente as questões, sem respostas prévias estabelecidas, e estabelecer categorias conceptuais adequadas (de classe, estado, capital, etc.), é básica para a validade da história que ele produz. E, em particular, as formas concretas como a vitória da FRELIMO em 1975 tornou possível pela primeira vez — e não em termos organizacionais — a escrita de uma História

1. Leroy Vail and Landeg White, Capitalism and Colonialism in Mozambique: a study of Quelimane District (London: Heinemann, 1980).

Moçambicana numa perspectiva materialista, devem forçosamente condicionar a nossa abordagem ao trabalho de Vail e White.

Os problemas e contradições dos argumentos de Vail e White derivam da inexistência de um contexto teórico adequado. Embora a sua perspectiva não seja definida em termos explícitos, ela é implicitamente aquela do empirismo liberal. Neste aspecto, eles adoptaram o método da economia vulgar descrito por Marx como correspondendo a «... não mais do que interpretar, sistematizar e defender de uma forma doutrinária a concepção dos agentes da produção burguesa, retidos nas relações de produção burguesas» ([2]). As autojustificações ideológicas do regime colonial e dos diversos sectores do capital que ele apoiava são aceites simplesmente pelo seu valor facial. Para além disso, os autores adoptaram posições que mesmo outros historiadores liberais rejeitariam. A sua conclusão de que «nenhumas leis portuguesas foram tão frequentemente mal interpretadas como o Código de Trabalho de Salazar ...» e de que «os porta-vozes do Estado Novo tinham o direito de proclamar ... que tinha sido estabelecido o contexto geral para a salvaguarda dos direitos aos africanos ...» não constitui, no fim de contas, senão uma apologia da política repressiva de trabalho de um Estado colonial brutal, empenhado em assegurar ao capital mão-de-obra barata. O que está em causa é a incapacidade de Vail e de White, de tratarem os elementos conceptuais previstos no seu título. O livro não é um estudo satisfatório do capitalismo e do colonialismo na Zambézia, e muito menos em Moçambique.

Em nossa opinião o livro constitui essencialmente um trabalho reaccionário, com apenas uma camada muito superficial de terminologia materialista. O capítulo final sobre a FRELIMO, longe de ser um mero epílogo, representa a conclusão inteiramente lógica que emerge das limitações conceptuais das secções anteriores (subteorização do Estado, etc.). No entanto, é necessário demonstrar que os autores não utilizam conceitos que lhes permitam explicar as características específicas da história da Zambézia, excepto a um nível bastante superficial.

Isto pode ser feito a dois níveis: em primeiro lugar, o carácter inadequado da problematização; em segundo lugar, as falhas em termos de pesquisa empírica, utilização das fontes, etc. Mas uma crítica ao nível empírico deve sempre reforçar a crítica ao nível da problematização. Isto é, mesmo se Vail e

2. Karl Marx, Capital, (Londres: Lawrence and Wishart, 1972), Vol. III p. 817.

White não tivessem cometido erros de natureza empírica, eles continuariam a não ter produzido uma história satisfatória devido ao carácter falso da sua teorização — corrigir os seus erros corresponde meramente a tratar os seus sintomas.

Esta resposta preliminar ao livro não segue de forma alguma a agenda delineada atrás. Mas esperamos que historiadores de Moçambique submetam o trabalho a uma análise rigorosa, e entretanto oferecemos aos leitores moçambicanos, a quem este trabalho é na maior parte dos casos inacessível, alguns comentários de carácter indicativo ([3]).

A primeira parte do livro descreve as alterações na economia da Zambézia, durante o século XIX e os princípios do século XX. Até à década de 1870, a economia da região era dominada pelo comércio internacional de escravos; a produção agrícola desceu, a população foi dizimada e os donos dos prazos viviam pelo poder das armas. Um aumento da procura internacional das sementes de oleaginosas na década de 1870, e o estabelecimento de um sistema de comercialização controlado pelo capital comercial asiático e europeu, mudaram a economia da Baixa Zambézia quase de um dia para o outro. Contudo, este desenvolvimento teve uma vida breve porque, com as disputas entre as potências imperialistas sobre África em fins do século XIX, o sistema dos prazos foi mais uma vez reforçado, embora não na sua forma original. Os prazos foram transformados em plantações. Através da imposição de impostos, da monopolização do comércio e do trabalho forçado, a economia camponesa foi esmagada e foi criada uma força de trabalho para as novas plantações. No entanto, durante as primeiras duas décadas do século XX as inconsistências da política colonial, a incapacidade das plantações no que respeita a recrutarem trabalhadores em número suficiente, levaram a uma dependência crescente em relação a trabalhadores migratórios vindos de bastante longe. Em fins da década de 1920, o trabalho migratório estava firmemente estabelecido nas plantações controladas pelo capital internacional.

Muitos temas de importância são referidos nesta secção; por exemplo, a penetração no interior do capital mercantil indiano, e as primeiras tentativas dos colonos portugueses no sentido de controlarem, e mais tarde reorganizarem, a produção virada para a exportação. No entanto, tanto estes temas como as poucas observações feitas sobre a organização da produção e do comércio não são desenvolvidos. De facto, o leque de material abrangido indica também uma outra falha

3) Veja a crítica feita por Carlos Serra, «Capitalismo e Colonialismo em Moçambique», Cadernos de História n.º 2 (1985), p. 57-61.

do livro: o fracasso dos autores no que respeita a distinguir os aspectos primários dos aspectos secundários. Assim, o leitor é levado por uma longa viagem através dos detalhes das disputas territoriais anglo-portuguesas. São apontados pequenos pormenores das disputas internas na região e das respostas do Estado colonial, de forma a que no fim se torne difícil reter a argumentação central.

A inclusão de inúmeros dados e a incapacidade de ignorar material interessante mas irrelevante não constitui a única falha da primeira parte do livro. Por vezes, o material é utilizado de uma forma muito pouco crítica. Na pág. 173, por exemplo, Vail e White citam, como exemplo do respeito que a população de Mopeia tinha por J. P. Hornung (fundador da Sena Sugar Estates), uma descrição da recepção de que foi alvo nas plantações de açúcar em 1912. Esta descrição foi escrita por um redactor profissional para a filha de Hornung, cerca de 60 anos depois; no entanto, não existe qualquer nota indicando a origem do material utilizado ou o facto de este derivar da própria filha de Hornung.

Noutras partes, os autores não consideram necessário citar quaisquer dados históricos, mas apenas fazer afirmações. Eles falam, por exemplo, do contraste entre o tratamento dado pela Sena Sugar Estates aos seus trabalhadores com o da Administração colonial: «O tratamento **era** menos mau na área controlada pela companhia ... a companhia **pagava** honestamente aos seus trabalhadores ... ela **gozava da confiança** dos seus trabalhadores como a Administração nunca gozou». (pág. 347 — sublinhado no original).

A segunda metade do livro trata da política de Salazar e do seu impacto na região. A ideologia de leis e decretos desse período, e as declarações de funcionários coloniais e proprietários de plantações, não só não são sujeitas a uma análise crítica, como, pelo contrário, são reproduzidas com fidelidade. Surge aqui a questão de porque é que Vail e White reproduzem sem crítica alguma e pelo seu valor facial a ideologia do Estado salazarista? A suposta neutralidade do Estado e a «comunhão de interesses» entre o capital e o trabalho constitui uma indicação, e esta falsa conceptualização representa o elo de ligação entre a parte central do livro e o último capítulo sobre a FRELIMO. Vail e White terminam com um tipo de economismo no qual a luta de classes se torna simplesmente uma questão de controlo sobre um conjunto de técnicas de produção «neutras». Dois temas centrais na segunda metade do livro ilustram estes pontos: a abordagem dos autores à questão da legislação do trabalho do regime de

Salazar, e a sua perspectiva sobre a relação entre o capital, os trabalhadores e o Estado.

Vail e White argumentam que o golpe salazarista em Portugal assinalou uma nova fase na História de Moçambique. O período pós-1930 foi caracterizado por uma política virada para a integração da economia colonial com a economia portuguesa. Moçambique devia fornecer as matérias-primas necessárias à indústria portuguesa, e assegurar um mercado para os produtos manufacturados portugueses. Isto envolvia a imposição de uma Administração centralizada dirigida de Lisboa, cujo custo devia ser coberto pelos rendimentos obtidos em Moçambique, principalmente através dos impostos aplicados à população africana. Vail e White vêm nesta característica da política de Salazar «uma contradição flagrante que iria prejudicar Moçambique e o seu povo durante os 30 anos seguintes ... o Governo introduziu um novo Código de Trabalho, substituindo os velhos métodos de trabalho compulsório ... por um sistema de trabalho voluntário, mobilizado através dos impostos ...» (pág. 249). Eles afirmam que o Código de Trabalho introduzido por Salazar estabeleceu «a base legal ... para salvaguardar os direitos dos africanos», e concluem que, apesar do fracasso do Código no que respeita a cumprir as promessas nele contidas, seria errado considerá-lo como «um documento elaborado por razões meramente cosméticas» (pág. 253).

Só uma leitura extremamente superficial do Regulamento de Trabalho de 1930, e uma interpretação do período que se baseia num único documento legal, isolado do seu contexto social, poderiam levar à conclusão de que o Regulamento estabeleceu um sistema de trabalho voluntário mobilizado através dos impostos e procurou salvaguardar os direitos dos africanos. Para além de ser difícil definir o trabalho «mobilizado através dos impostos» como voluntário, as cláusulas contidas no Regulamento sobre os períodos dos contratos, as horas de trabalho, os salários e outras condições de emprego, levaram de facto a um aumento do controlo estatal sobre o trabalho e a vida dos africanos. Este controlo foi consolidado pelas leis da «Caderneta Indígena», pelas limitações de empregos que reduziram a mobilidade física e social da população africana, e pelas leis sobre os preços e impostos que levaram a uma redução dos rendimentos dos agricultores camponeses e os «encorajaram» a trabalharem como assalariados. As cláusulas do Regulamento de Trabalho estabeleciam sanções a serem aplicadas aos infractores de numerosos regulamentos. Qualquer homem que não aceitava um contrato anual de trabalho ou

não o completava diligentemente podia ser forçado a trabalhar para o Estado, recebendo um salário inferior ao mínimo legal. A aplicação destas leis era assegurada por uma Administração cujo dever era garantir que os homens trabalhassem regularmente como assalariados. Muitas vezes, a sua aplicação era conseguida com punições não legais: a mais notória e frequente era o espancamento. O objectivo desta legislação, como referem correctamente os autores, era assegurar o fornecimento contínuo de trabalho forçado barato ao capital na região. Retirando uma lei do seu contexto, Vail e White não apenas mostram o carácter selectivo do seu método de análise mas também o seu idealismo: eles baseiam-se em grande medida na versão oficial do regime sobre a sua ideologia e prática.

Porém, o que é ainda mais sério, os autores não apreenderam a característica principal do período do regime de Salazar, que o distinguiu dos períodos anteriores. Tratava-se, em resumo, da capacidade crescente da burguesia portuguesa em usufruir da produção colonial para as suas próprias necessidades de acumulação. Os prazos foram abolidos não por constituirem anacronismos, mas porque a política estava virada para uma ruptura com a dominação regional do capital estrangeiro e para encorajar o investimento de capital português e dos colonos. Foi durante os anos 30 que uma nova forma de produção se desenvolveu — o cultivo forçado do algodão pelos camponeses — em concessões controladas por capital português. A isto seguiu-se o crescimento de novas plantações de chá, também controladas pelo capital português e dos colonos. Estes novos investimentos tornaram necessário o aumento de disponibilidade de mão-de-obra barata, que tinha dinamizado a acumulação nas plantações com proprietários não-portugueses. A curto prazo, os prazos e os monopólios recrutadores de força de trabalho que eles representavam tiveram de desaparecer. Depois de 1930, assim, a posição do Estado foi reforçada, e as suas energias foram canalizadas para a organização de um fluxo de mão-de-obra para todos os sectores de capital na região; fluxo de mão-de-obra esse que o Estado monopolizava através dos novos mecanismos administrativos e da nova legislação do trabalho. De forma alguma o Estado de Salazar era neutro, como afirmam implicitamente Vail e White. Pelo contrário, a sua política era concebida conscientemente e aplicada consistentemente para apoiar a acumulação de capital ao nível dos colonos em Moçambique e da burguesia portuguesa.

Esta perspectiva sobre o regime de Salazar explica a

confusão que resulta da abordagem da emenda de 1942 do Regulamento de Trabalho, por Vail e White. Eles argumentam que esta emenda constituiu um regresso ao trabalho forçado, mas que, tornando os administradores directamente responsáveis pelo recrutamento de trabalhadores, lhes assegurou «um controlo sobre as companhias que eles procuraram cada vez mais utilizar como forma de assegurar o cumprimento das disposições do Código de Trabalho respeitantes ao bem-estar dos trabalhadores africanos» (pág. 299). Para Vail e White, a emenda à legislação de 1942 assinalava «um novo paternalismo», porque «se se tinha provado que o sistema era impossível de abolir, os seus efeitos poderiam contudo ser mitigados tomando os administradores medidas... para que as companhias capitalistas... operassem de forma tão humana quanto possível» (pág. 325).

Contra esta interpretação, deve ser referido, para começar, que a emenda de 1942 não inaugurou de facto, por si só, um novo período de trabalho forçado. O trabalho forçado tinha sido oficializado na legislação de 1930, e constituiu a base **de facto** do fornecimento de mão-de-obra a partir pelo menos da década de 1890. No entanto, é verdade que em 1942 se tinha desenvolvido uma crise aguda no que respeita à disponibilidade de mão-de-obra no centro de Moçambique, crise essa que tinha duas causas principais. Em primeiro lugar, a recuperação pós-depressão dos últimos anos da década de 1930 levou a um aumento da procura de mão-de-obra em toda a zona centro-sul de África. Em segundo lugar, a política de Salazar estava a começar a dar frutos. Particularmente, os concessionários do algodão estavam ansiosos por controlar todos os camponeses possíveis, «roubando» trabalhadores às plantações. Era necessário não só tornar mais severas as leis existentes e preencher algumas lacunas, como também aprovar legislação adicional para assegurar que toda a mão-de-obra disponível fosse explorada e distribuida de forma satisfatória entre as diversas fracções do capital. Este era, de facto, o aspecto principal da Circular de 1942 e das leis que a acompanharam: controlar os produtores de algodão e os camponeses em geral, e introduzir um novo imposto sob a forma de períodos de trabalho não remunerado para o Estado. Os métodos administrativos de recrutamento não mudaram e a «concentração», em que homens reunidos pela Administração eram apresentados a recrutadores privados, continuou a ser a forma mais comum de contratar trabalhadores.

Como o problema da falta de mão-de-obra aumentou durante os anos 40 e 50, a repressão administrativa, concebida

para assegurar o recrutamento do maior número possível de trabalhadores para as plantações, aumentou também. O efeito, como Vail e White referem noutra parte do livro, foi o declínio das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores africanos.

Vail e White tentam reconciliar a prática real do trabalho forçado com a sua perspectiva idiossincrática de uma lei que, segundo eles, procurou evitar essa prática. Isto leva-os a novas dificuldades quando discutem a Sena Sugar Estates. Eles afirmam que esta companhia tratava os seus trabalhadores melhor que o Estado colonial, pagava salários justos e gozava da confiança dos trabalhadores «como a Administração nunca gozou». Nesta base, eles argumentam que «o paternalismo era tanto um instrumento da política da companhia como da Administração portuguesa», chegando à conclusão de que «a existência destes dois sistemas complementares de autoridade, aceitando os africanos a hierarquia da companhia como mais antiga e vantajosa, ajuda a explicar a falta de resistência aberta ... as greves contra a companhia não faziam sentido na medida em que ela era encarada como um protector» (pág. 348). Não recorrendo às greves, os trabalhadores africanos expressavam antes as suas queixas através de canções satirizando a companhia.

Os autores, não só apresentam o Estado colonial como uma entidade neutra, o árbitro entre a força de trabalho e o capital, como também encaram o capital tomando como premissa uma harmonia de interesses entre trabalhadores e patrões, e rejeitando implicitamente a noção da exploração. Isto é absurdo. A Sena Sugar Estates, como outras plantações da Zambézia, existia para produzir lucros. Ela conseguia isto pagando salários baixos, política esta que era tornada possível pelo apoio estatal. O sistema de contratos de 6 meses não era um acidente. Ele assegurava que parte dos custos da reprodução da força de trabalho fossem suportados pelo campesinato; com uma força de trabalho completamente proletarizada, estes custos deveriam ser suportados na totalidade pela companhia. Através deste mecanismo, o capital fez lucros enormes, que encorajaram maiores investimentos na região.

O sistema tinha outras vantagens. Numa indústria agrícola grandemente dependente do trabalho manual, e com uma procura de mão-de-obra variável, de carácter sazonal, o capital poderia ajustar a sua força de trabalho às necessidades mensais da cultura. Para além disso, durante mais de 80 anos a Sena Sugar Estates e os seus predecessores desenvolveram uma política destinada a reduzir ainda mais os salários já

baixos. Esta política consistia em aumentar a tarefa diária sem aumentar o salário correspondente, manipular de diversas formas os bónus para evitar o pagamento de maiores salários, e reduzir as despesas de alimentação, alojamento, saúde e facilidades sociais nas plantações. A este nível, ela não era diferente das outras companhias que operavam na Zambézia.

Os trabalhadores não realizam greves contra estas condições até aos anos 60. Isto diz muito mais sobre a natureza repressiva do regime de trabalho estabelecido pelo Estado colonial, do que sobre a referida opinião que os trabalhadores tinham da companhia como «protector». E isso porque, antes dos anos 60 qualquer falha no cumprimento da tarefa diária era punida com brutalidade. Além disso, a própria estrutura do sistema de trabalho de contratos curtos impediu a formação de organizações dos trabalhadores. Mas, a inexistência de greves não significa que os trabalhadores não desenvolveram uma luta. Pelo contrário, os arquivos da companhia contêm inúmeros exemplos de actos de resistência dos trabalhadores, que ultrapassam em muito as simples canções. Deserções, greves de zelo, «falta de assiduidade» e diversos subterfúgios para reduzir a quantidade de trabalho, eram formas de luta dos trabalhadores para procurar controlar e reduzir o ritmo de produção de mais-valia (4).

Todas as falhas de Vail e White encontram-se cristalizadas no capítulo final do livro, que aborda a luta de libertação e o período pós-Independência. Neste capítulo, não se constata qualquer tentativa de apresentar uma investigação sistemática das fontes existentes. Os autores baseiam-se, em vez disso, em pouco mais do que numa leitura superficial de algumas fontes secundárias seleccionadas. Embora nas partes anteriores do livro eles se baseiem nas versões e declarações do próprio regime de Salazar, na conclusão pouco espaço é atribuido às análises produzidas pela FRELIMO sobre a luta de libertação ou sobre a política e os problemas do pós-Independência. Em vez de procurarem caracterizar com seriedade a luta de libertação, os autores oferecem uma versão tendenciosa e não substanciada da FRELIMO como uma força externa procurando impor um modelo derivado de uma experiência totalmente alheia à região do Zambeze.

Vale a pena examinar detalhadamente o capítulo final, precisamente porque ele ilustra de uma forma muito clara a

4. Ver J. Head «Opressão Colonial e Formas de Luta dos Trabalhadores: O caso da Sena Sugar Estates» Não Vamos Esquecer! (Boletim Informativo da Oficina de História) CEA, Ano 1, N.º 2.

distorção dos resultados devido à falta de uma teoria e método adequados. O capítulo passa em revista a abolição do trabalho forçado e as mudanças da economia moçambicana nos anos 60, o «padrão de dependência» que existia na altura da Independência, as alterações na Província entre Abril de 1974 e meados de 1978, e o «debate» no seio da FRELIMO. A metodologia histórica utilizada neste capítulo é semelhante à do resto do livro. Particularmente, regista-se uma ausência notável de uma compreensão adequada da estrutura de produção colonial. Esta falha é ainda mais grave na medida em que os autores se sentem, de facto, na obrigação de tentar explicar a crise do capitalismo colonial nos primeiros anos da Independência nacional, embora eles não compreendam o problema exactamente nestes termos.

O carácter da sua análise sobre a produção colonial pode ser constatado nas secções dedicadas à «dependência» e à abolição do trabalho forçado. Eles descrevem o relacionamento entre o Estado e as companhias das plantações, que emergiram depois da crise da depressão mundial de 1929-1931, como uma relação de «dependência». Enquanto esta relação de «dependência» se estabelecia, os camponeses-trabalhadores tornavam-se também «dependentes» em relação às companhias, e ao Estado burocrático. Isto, segundo os autores, prejudicou o desenvolvimento pós-Independência. Anos de abusos e de trabalho forçado resultaram em «hábitos de obediência enraizados» e numa incapacidade em regressar a empresas camponesas dinâmicas. Não existe qualquer tentativa de discutir aqui a profundidade da crise pós-Independência do capitalismo-colonial, e a «dependência» dos camponeses apenas parece ter um conteúdo ideológico após o derrube do regime colonial. Vail e White perfilham assim, aparentemente, a posição de que o fim da opressão colonial, após a Independência, deveria ter libertado a «iniciativa criadora» das massas camponesas e levado a uma revitalização da produção familiar. Para os autores, o facto de isto não ter acontecido é devido ao «travão ideológico» herdado do colonialismo. É devido também à imposição, na Zambézia, de uma política desenvolvida pela FRELIMO, com base nas experiências das Zonas Libertadas, onde as condições eram muito diferentes.

Nas páginas que se seguem a esta secção (376-9), os autores apresentam material importante, que trata da hierarquia estratificada das relações companhia-força de trabalho na Sena Sugar Estates, demonstrando a manutenção deliberada e a promoção de laços étnicos, que o trabalho migratório torna possível e o trabalho barato torna essencial. Mas este

material importante não é bem utilizado em termos de análise. Ele não é relacionado com o referido «travão ideológico» à iniciativa camponesa, nem é feita uma análise das suas implicações para a produção após a Independência. As carências de mão-de-obra moçambicana qualificada, que constituem uma herança da divisão racial da força de trabalho pelo colonialismo, criou uma série de problemas para a reconstrução socialista da economia. Da mesma forma, a posição dos comerciantes asiáticos na estrutura da exploração colonial não é explicada. Eles são apenas apontados como «intrusos no sistema». Isto significa que o seu papel, e de facto o papel do capital comercial em geral, bem como os problemas económicos e políticos que ele coloca no período pós-Independência, são simplesmente ignorados.

A confusão gerada pela ausência de qualquer análise do capital, ou de uma periodização do seu impacto, é ainda mais evidente na secção que aborda a abolição do trabalho forçado nos anos 60 (pág. 382-388). Segundo os autores, foram apenas as ameaças de visitas de representantes da O. I. T., as revoltas em Angola e a tomada do «Santa Maria», que levaram a reformas como pequenos aumentos salariais, abolição do indigenato e das culturas forçadas, e promulgação do novo Código do Trabalho Rural. Os autores, ignorando o papel da luta de classes, consideram mera coincidência que estas mudanças tenham ocorrido quando o capital português e estrangeiro foi forçado a proceder a reestruturações, o que permitiu pequenas concessões em relação à força de trabalho. Os autores citam Stephen Hornung (um director da Sena Sugar Estates), apoiando-o quando afirma que depois de 1961 uma «escolha completamente livre foi permitida ao trabalhador nativo» no que respeita à venda da sua força de trabalho. No entanto, eles esquecem-se de explicar por que continuaram a ser necessários os maus tratos e os abusos, que reconhecem ter continuado. A confusão final desta secção é a afirmação pura e simples de que foi a «melhoria» da situação dos trabalhadores e camponeses durante os anos de 1960 que manteve a FRELIMO fora da Zambézia. Estas pequenas «melhorias» não são consideradas por Vail e White como tendo qualquer ligação estrutural com o sistema complexo e contraditório de exploração colonial, que associava concessões limitadas a um aumento da repressão, e que se baseava na promoção de divisões étnicas para manter tranquila a força de trabalho. Para além disso, as perspectivas estratégicas da FRELIMO, a criação de redes de informadores pelos portugueses e o papel ambíguo do Malawi não são sequer referidos.

Na secção do capítulo final que aborda o período de transição e a Independência, Vail e White começam por enumerar em detalhe alguns dos acontecimentos que se registaram em 1974 e 1975: as manifestações de trabalhadores, os aumentos salariais concedidos pelos capitalistas, a reapropriação de terras pelos camponeses. Eles reconhecem as dificuldades de reestruturar as companhias e especialmente as suas forças de trabalho, que levaram à procura de grandes subsídios estatais. Os autores consideram que a FRELIMO não pode ser responsabilizada pela «apatia e paroquialismo que constituiram um inimigo mais perigoso que os portugueses», embora citem também afirmações ingénuas de camponeses em apoio à sua perspectiva de que os novos burocratas não podem ser distinguidos dos antigos senhores dos prazos. As boas intenções da FRELIMO foram particularmente visíveis na reestruturação político-administrativa da companhia do Boror. No entanto, eles consideram que a FRELIMO contribuiu também para a crise crescente por não ter sido suficientemente determinada quanto a questões de «política» — presumivelmente de carácter administrativo e político, bem como económico.

É à procura das origens desta falta de determinação que os autores finalmente entram na sua análise sobre o «debate no seio da FRELIMO». Eles concluem que, como a guerra foi desenvolvida em grande medida nas províncias de Cabo Delgado, Niassa e Tete, as lições aprendidas sobre a produção não são apropriadas às circunstâncias na Zambézia. Particularmente, as cooperativas e aldeias comunais são encaradas como intrusões externas inadequadas às economias de plantações e/ou à produção de culturas de rendimento.

Dificilmente poderiam os autores ter apresentado uma interpretação mais distorcida do que aquela que transparece destas páginas. Por não terem qualquer perspectiva sobre a estrutura da produção colonial, não conseguem apreender os problemas criados pela sobrevivência de formas coloniais no contexto de uma crise generalizada do capitalismo colonial. Para além disso, não conseguem compreender a luta armada, e a estratégia de produção desenvolvida no seu âmbito, como essenciais para o derrube do regime colonial e para a crise consequente do capitalismo-colonial. A ideia discutível de Vail e White sobre a inexistência de uma política coerente da FRELIMO para a Zambézia não se baseia numa análise das condições concretas confrontadas na área, que asseguravam opções políticas reais. É esta cegueira que resulta no idealismo de recorrerem a considerações sobre um «debate» no

seio da FRELIMO para explicar a sua suposta falta de determinação na Zambézia.

Vail e White não interpretam nem sequer descrevem adequadamente o êxodo dos comerciantes, a deterioração das condições das estradas, a incapacidade de comercializar a produção camponesa e assegurar alimentos e transporte suficientes às plantações, em termos da crise do capitalismo colonial. Para eles, como esta crise surgiu após a Independência, a culpa deve ser atribuída à **falta de determinação** do novo regime. Eles não compreendem nem apreciam a linha política que insiste na construção de novas relações sociais de produção a partir da crise das velhas relações.

Uma tal perspectiva não pode ser considerada como correspondendo a uma tentativa séria de caracterizar a luta de libertação contra o colonialismo português, e não assegura, decerto, qualquer base para a compreensão dos problemas difíceis e complexos da transição. De uma forma geral, embora o livro forneça algumas informações e percepções valiosas sobre a história da Zambézia, a não existência de uma problematização e análise adequadas resulta na apresentação de informações de uma tal forma que frequentemente oculta, e por vezes distorce, a realidade histórica. Desta forma, o capítulo final resulta numa apresentação de conclusões sem qualquer base e abertamente reaccionárias. Para além disso, a inexistência de uma metodologia explícita implica que o leitor não pode saber se os autores atingiram essas conclusões com base em informações recolhidas no decurso do seu trabalho, ou se, pelo contrário, começaram o seu trabalho a partir delas.